

Filipe João Pinto Bento

**“Produção de conhecimento em Serviço Social na Universidade Fernando Pessoa.
Um exercício de reflexão”**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

Filipe João Pinto Bento

**“Produção de conhecimento em Serviço Social na Universidade Fernando Pessoa.
Um exercício de reflexão”**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

Filipe João Pinto Bento

**“Produção de conhecimento em Serviço Social na Universidade Fernando Pessoa.
Um exercício de reflexão”**

(Filipe João Pinto Bento)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado, do 1º Ciclo de Estudos em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Doutora Manuela Coutinho.

Sumário

Trabalhando a temática da **produção de conhecimento em Serviço Social na UFP**, o presente Projecto de Graduação, começa por esboçar o contexto sócio-histórico do Serviço Social enquanto profissão. Apesar de ser um tema muito falado, só nas três primeiras décadas do século XX passou para a esfera académica e se intensificou, sempre no confronto com as necessidades sociais.

Foram, por isso, revistas referências teóricas desde a génese do Serviço Social e até às actuais tendências formativas, trazidas pelo Processo de Bolonha, pela sua relação com as novas exigências do contexto de sociedade, a partir da última década do século XX.

Escolheu-se como objecto de estudo a produção académica dos alunos no final da licenciatura, elaborando-se um levantamento das monografias e projectos de graduação, no período de 2007-2009, na UFP, por se considerar que representa um indicador das preocupações para as quais estão especialmente vocacionados os estudantes de Serviço Social formados pela UFP.

A conclusão do estudo mais não é do que um primeiro passo para abrir o debate em torno da produção de conhecimento em Serviço Social e uma chamada de atenção para este espaço da intervenção social, tanto mais que o que está em causa é a perspectiva do Assistente Social, enquanto agente pró-activo na senda do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Serviço Social – Formação – Produção Académica – “Ser” Assistente Social.

Abstract

The present Graduation Project is about the **production of knowledge in Social Services at UFP**. We started by outlining the social-historical context of Social Work as a profession. Although a much discussed theme, it was only in the first three decades of the 20th century that it entered in academic domain always face to face with the social needs.

At first, have been reviewed theoretical references since the origin of Social Work to the current educational tendencies brought on by the Bologna Process and their connection with the new demands of the context of society from the last decade of the 20th century.

The object of study is UFP students' scientific production at the end of their undergraduate course, through the analysis of the monographs and graduation projects from 2007 to 2009, as an indicator of the concerns to which the UFP Social Work students are in essence disposed.

The conclusion of this research is no more than a first step to open the debate on the knowledge production in Social Work and a call of attention to this area of social intervention. We also consider that they reflect the perspective of the Social Worker, as a pro-active agent to human development.

Key-words: Social Work – Training – Scientific Production – “Being” a Social Worker.

Dedicatória

Aos meus pais, por todos os motivos...

Agradecimentos

O projecto aqui apresentado, só foi possível, graças ao trabalho e disponibilidade de um conjunto de pessoas, bem como a uma conjugação de factores académicos, profissional e pessoais que me permitiram a realização de um objectivo à muito “esquecido”.

Agradeço à Prof. Doutora Manuela Coutinho, minha orientadora, toda a sua generosidade, simplicidade e paciência, não só pela orientação prestada, como também pela disponibilidade, amizade e conhecimento que sempre me dispensou e transmitiu. Muito obrigado por tudo.

Às pessoas mais importantes da minha vida. A minha família e muito particularmente à minha esposa Maria João e à minha filha Beatriz, pelo apoio incondicional e a imensa paciência ao longo deste percurso.

À Universidade Fernando Pessoa, pela oportunidade e incentivo.

A todos os professores com quem tive a oportunidade de aprender e conviver. Responsáveis pela minha valorização académica e pessoal.

A todos, muito obrigado.

Índice Geral

Sumário.....	v
Abstract.....	vi
Dedicatória.....	vii
Agradecimentos.....	viii
Índice de Siglas.....	x
Índice de Quadros.....	xi
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento teórico.....	4
Capítulo I – O que fez nascer o Serviço Social enquanto área científica.....	4
1.1. Emergência do Serviço Social: Contexto social e histórico.....	4
1.2. Surgimento da profissão de Serviço Social.....	12
Capítulo II – Matrizes curriculares que deram forma à formação em Serviço Social.....	14
2.1. Análise cronológica das áreas de formação e sua relação com os processos de profissionalização.....	14
2.2. Pistas para reflectir sobre o currículo formativo de Serviço Social actual. O caso da UFP.....	20
Parte II – Percurso metodológico e empiria.....	22
Capítulo III – Opções metodológicas.....	22
3.1. Introdução.....	22
3.2. Objectivos da Investigação.....	22
3.3. Construção do objecto: Opções e justificativa.....	23
3.4. Principais resultados.....	23
3.5. Reflexão analítica e discussão dos resultados.....	29
Conclusão.....	31
Bibliografia.....	33
Anexos	
Anexo A – Naturalidade dos alunos	
Anexo B – Tipologia dos trabalhos	
Anexo C – Diário da República	

Índice de Siglas

COS - Charity Organization Society

PG – Projecto de Graduação

UC – Unidade Curricular

UFP – Universidade Fernando Pessoa

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Exercício sintético sobre os fundadores das COS	20
Quadro nº 2 – Contexto sócio histórico que veio dar corpo ao Serviço Social. Síntese de marcos de referência.....	20
Quadro nº 3 – Quem fez nascer a profissão. Síntese dos principais pioneiros.....	20
Quadro nº 4 – Identificadores colectivos do Serviço Social nos três países	20
Quadro nº 5 – ISSSL: Alguns elementos da sua evolução	20
Quadro nº 6 – Serviço Social: Áreas científicas para obtenção do grau	20
Quadro nº 7 – Autores das monografias e/ou PG por sexo	20
Quadro nº 8 – Monografia/PG.....	20
Quadro nº 9 – Temáticas trabalhadas nas monografias e/ou PG.....	20
Quadro nº 10 – Temáticas trabalhadas por sexo.....	20
Quadro nº 11 – Ano de apresentação pública da monografia/PG	20
Quadro nº 12 – Avaliação final	20
Quadro nº 13 – Opções metodológicas.....	20
Quadro nº 14 – Formação (licenciatura) dos docentes orientadores, na sua relação com os eixos temáticos abordados	20

Introdução

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades...
Luís de Vaz de Camões (*In: Sonetos*)

O presente projecto de graduação tem como objectivo lançar um espaço de reflexão sobre a **produção de conhecimento em Serviço Social**, com especial enfoque na referida área de formação, em desenvolvimento na Universidade Fernando Pessoa (UFP).

Não foi por acaso a escolha de Luís de Camões, para encabeçar o estudo. A mensagem que encerra sobre mudanças que, permanentemente, levam a novas qualidades, ilustra bem o **Serviço Social**, enquanto **profissão que se esboça, num *continuum*, perante os desafios da sociedade**.

As bases e a vontade para trabalhar o tema surgiram ao longo da Unidade Curricular (UC) Entrevista em Serviço Social, onde se investigou sobre “*Fazer uma cidade para todos*”. Pretendeu-se, então, explorar o compromisso universidade/responsabilidade social, partindo já nessa data, da observação de projectos de graduação desenvolvidos pelos alunos. Paralelamente, surgiu a vontade de se criar um observatório em Serviço Social. Assim construámos as bases para a realização do presente projecto de graduação que agora toma forma.

Neste estudo, optamos por conhecer as monografias e projectos de graduação (PG) efectuados nos anos 2007, 2008 e 2009, fazendo um levantamento de informação das que se encontravam disponíveis no repositório institucional da UFP.

Começamos por caracterizar o Serviço Social enquanto área científica focalizando-nos nos contextos teóricos, sociais e culturais que lhe deram emergência.

As referências bibliográficas utilizadas para o enquadramento teórico foram, essencialmente, as trabalhadas nas UC's Teoria e Métodos de Serviço Social, Teoria e Práticas de Intervenção Social e Modelos de Intervenção em Serviço Social. Por um lado, por retractarem bem o cenário pretendido, por outro, para que nos fosse proporcionado maior espaço temporal para o levantamento das monografias e PG, que constituiu o objecto de estudo. De referir que os excertos ou transcrições de língua estrangeira, foram traduzidos sob a inteira responsabilidade do autor.

De seguida, abordamos os currículos que foram dando forma à formação, em Portugal, para, discutir a profissão de Serviço Social. Assim se construiu a matriz teórica que veio a dar suporte à empiria.

Numa segunda parte, demos conta do percurso metodológico, sem negligenciar a referência a alguns momentos críticos e às fragilidades do processo.

A análise empírica foi desenvolvida a partir da recolha de elementos, tais como, relativamente aos autores, naturalidade, sexo, tema, tipo de trabalho (monografia ou PG), metodologia predominantemente utilizada no estudo, e avaliação. Relativamente aos orientadores, levantamos a sua área de formação / licenciatura.

A discussão de resultados foi reveladora, **das preocupações para as quais são especialmente vocacionados os estudantes de Serviço Social na UFP**. De certa forma, foi um retrato do contexto contemporâneo de grande fragmentação das práticas profissionais, mas também de uma vocação muito interventiva e interdisciplinar destes profissionais.

Em termos de conclusão, procuramos dar conta dos resultados, tendo em conta o ponto de partida do presente estudo e a perspectiva do Serviço Social, enquanto sector e agente pró-activo e alternativo ao desenvolvimento.

Procuramos, ainda, fazer ressaltar algumas pistas para investigação futura.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – O que fez nascer o Serviço Social enquanto área científica.

1.1. Emergência do Serviço Social: Contexto social e histórico.

Na evolução histórica o ser humano sempre fez frente a problemas de todo o tipo (doença, loucura, traumas, privações, etc.) e de uma forma ou de outra, tem encontrado formas de ultrapassar os mesmos. (Garcia e Bracho, 2006).

Começar com a cronologia histórica é fundamental para compreender o contexto de determinado fenómeno social (Bernal e Serrano, *cit. in* Garcia e Bracho, 2006). No que ao Serviço Social se refere, foi indispensável uma análise sobre as várias formas de ajuda e assistência desenvolvidas ao longo da história. Daí o trabalho social não poder ser desassociado do contexto social e histórico em que se desenvolveu, tornando-se pertinente conhecer a sociedade capitalista e o fenómeno da industrialização, os quais fizeram acontecer iniciativas que se vieram a traduzir na actual profissão (Garcia e Bracho, 2006).

Já nas últimas décadas do século XIX, as profundas transformações da sociedade geravam novas procuras e novas necessidades face aos problemas que se intensificavam na sequência do processo de industrialização, na degradação dos centros habitacionais, nas alterações das dinâmicas familiares e na falta de resposta aos problemas que geravam incapacidades e doenças. São sobretudo citadas como mais significativas, devido aos seus impactos, algumas transformações ligadas aos fenómenos de falta de saúde, morte precoce e à nascença, fome, bem como as dinâmicas socioculturais mais qualitativas que se traduzem por dimensões de mudança dos modos de vida que, intimamente ligados aos fenómenos anteriores, dão origem a uma diversificação dos problemas sociais. Fenómenos que, simultaneamente, afectavam grupos alargados de famílias e geravam instabilidades de acesso a rendimentos (Garcia e Bracho, 2006).

No século XVI com a expansão do comércio marítimo e colonial, a Europa encaminhava grandes quantidades de metais preciosos, fenómeno que constitui o ponto

de partida de uma política destinada a desenvolver mercados em larga escala; daí resultando, conseqüentemente, implantação de moeda, o fomento da especulação, o enriquecimento de banqueiros, credores e cambistas, atravessando-se, desta forma, de um capitalismo meramente comercial para um capitalismo financeiro (Garcia e Bracho, 2006).

Deste modo, e contrariamente às ideias defendidas pelos teólogos católicos, como por exemplo a hostilidade para com a riqueza e a condenação de empréstimos com juros, reforça-se o mercantilismo. Foi por essa razão que, no início do século XVI (em 1526), o filósofo Luís Vives (1492-1540), publicou o seu tratado “*Subventionem Pauperum*”. Vives, procurava a origem da pobreza urbana e avançava com propostas para satisfazer as necessidades, referindo que a solução residia no trabalho (Garcia e Bracho, 2006).

Contudo, o capitalismo estabelece-se com especial consistência em meados do século XVIII e reforça-se a partir da primeira metade do século XIX com a expansão do comércio internacional, o desenvolvimento da indústria e das forças financeiras. Este processo, exige o surgimento de novas formas de trabalho social, precisamente na transição do século XVIII para o século XIX (Garcia e Bracho, 2006)

Em meados do século XVIII, a Grã-Bretanha converte-se num foco de profundas transformações económicas e sociais. O país atravessa entre 1750 e 1850, um longo e intenso processo de mudança denominado por Revolução Industrial. Trata-se, com efeito, de uma revolução pacífica, cujas características mais significativas são o aumento da produção e da produtividade, a constante aplicação de processos inovadores na produtividade e conseqüentemente um crescimento contínuo e sustentado da economia. Afirma-se, desta forma, o modelo económico capitalista, um modelo completamente distinto de todos os anteriores que se baseia, fundamentalmente, no conceito de lucros ou ganhos (Garcia e Bracho, 2006).

As mudanças radicais afirmadas pela Revolução Industrial, que se tornou o motor do desenvolvimento económico, não se limitaram apenas à economia, mas afectaram também em profundidade a organização social, o modo de vida, as condições de

trabalho, tal como as correntes culturais e de pensamento, surgindo três novas ideologias: a capitalista, a socialista e a social-democrata (Garcia e Bracho, 2006).

Consequentemente, emergem novas classes sociais como a burguesia e o proletariado. As péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores assalariados convertem-se no principal problema social. Os esgotantes horários laborais (de 75 a 80 horas semanais), a falta de higiene nos locais de trabalho e o péssimo estado das suas habitações provocam entre o proletariado uma elevada mortalidade (Garcia e Bracho, 2006).

A Revolução Industrial levou ao êxodo em massa da população para as cidades. Por parte dos Estados fomenta-se a competição na procura de trabalho fazendo com que a disposição dos indivíduos para a mobilidade social implique a perda da identidade da comunidade de pertença. Os laços entre o empregador e o trabalhador têm como prioridade o lucro, a comunidade educativa dilui-se devido à necessidade que todos os membros da família, crianças incluídas, têm de trabalhar, a habitação, para quem a possui, é insuficiente no seu espaço habitável e as condições sanitárias mínimas, o que se traduz no aumento da tuberculose entre os trabalhadores (Garcia e Bracho, 2006).

Perante este panorama surge o socialismo tecnocrático de Saint-Simon (1760-1825) e o socialismo utópico de Charles Fourier (1772-1837), Richard Owen (1771-1859) e Étienne Cadet (1702-1737), impulsionadores de uma geração de teóricos sociais que defendiam as teorias modernas. Surge ainda, o anarquismo de Proudhon (1809-1865) e Bakunin (1814-1876) e as ideias marxistas de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), na busca da melhoria das condições sociais e laborais, exigindo mudanças na ordem política e social (Garcia e Bracho, 2006).

Este contexto no Reino Unido, favorece o aparecimento das primeiras intenções organizativas dos trabalhadores, tendo sido aprovado em 1824 a liberdade de associação e um ano depois, os sindicatos multiplicavam-se. Em 1834 é criada a *Grand National Consolidated Trades Union*, organizada por Robert Owen, surgindo outras organizações

que tentavam sensibilizar as pessoas para a solidariedade e acção comum da classe operária (Bernal e Serrano, cit. *in* Garcia e Bracho, 2006).

Segundo Friedlander (cit.*in* Garcia e Bracho, 2006), na década que se inicia em 1860, as sociedades caritativas e filantrópicas Londrinas encontram-se em dificuldades na assistência aos necessitados, instigando as críticas sobre a má utilização dos recursos destinados às mesmas, bem como o reacender da discussão sobre os efeitos negativos da caridade descontrolada, tendo sido recomendado em 1868, pelo Reverendo Henry Solly, o estabelecimento de um conselho para coordenar as actividades dos grupos caritativos públicos e privados. No ano seguinte, criou-se a Sociedade para a Organização do Socorro Caritativo e da repressão da Mendicidade, tendo mudado o nome, pouco tempo depois ao converter-se na Sociedade para a Organização da Caridade (Charity Organization Society - COS), tal como nos refere Friedlander (1975: 43-45, cit. *in* Garcia e Bracho, 2006: 101).

Neste universo cultural, surge em 1834 na Inglaterra a denominada “Nova Lei dos Pobres”, que se torna marco de referência no que respeita à legislação social de ajuda aos desfavorecidos (Ander-Egg, 1994: 135 cit. *in* Garcia e Bracho, 2006). Devido a estas e a outras circunstâncias, os trabalhadores começam a mostrar o seu descontentamento, iniciando-se assim, o movimento operário que levou ao nascimento dos sindicatos e de organizações políticas de trabalho a partir de 1838 (Garcia e Bracho, 2006).

Por seu lado, Thomas Chalmers (1780-1847), moldou alguns dos princípios e práticas de acção social que o mesmo aplicou na sua paróquia, em Tron, Glasgow. Este pioneiro do Trabalho Social preocupou-se com a inexistência de métodos específicos na atenção aos pobres e implantou uma organização que consistia em dividir a paróquia em distritos, onde eram colocados responsáveis; impulsionou o número de visitantes voluntários, a quem deu formação, capacitando-os na elaboração de relatórios sobre quem pedia ajuda.

A Sociedade regia perante as teorias de Thomas Chalmers. O individuo é responsável pela sua pobreza e pelo respeito da sociedade para consigo e pelo mendigo que costumava viver de esmolas. A Sociedade seguiu também a sugestão de Chalmers, de que se devia pedir ao indigente que colocasse em exercício todas as suas capacidades para suprimir as necessidades (Friedlander, 1975, p. 43 : 45 *cit. in* Garcia e Bracho, 2006, p. 101).

Por outro lado, a Revolução Francesa impôs um conjunto de valores que levaram a determinadas mudanças de atitude em relação aos cuidados de pessoas necessitadas, pois defendia a ideia de uma responsabilidade pública na assistência (Garcia e Bracho, 2006).

No entendimento de Moix (*cit. in* Garcia e Bracho, 2006), a COS pretendia apenas difundir a sua filosofia de auto-ajuda, exigindo a colaboração do necessitado na solução das suas dificuldades. Deste modo, a observação e análise de cada uma das situações problemáticas, potenciou o desenvolvimento de novos domínios teóricos de análise. O individuo deixou de ser considerado o principal responsável pela situação de pobreza e reconheceram outros factores como causadores da mesma, como o desemprego, a doença, o endividamento, as condições de habitação precárias, etc. (Garcia e Bracho, 2006).

A ideia de reforma social começa a ser introduzida gradualmente com a COS, observando não só as questões de índole individual, como também a ordem social como factores determinantes da pobreza. Introduziram práticas para melhorar as condições, originando duas linhas de acção distintas. Uma dirigida para a acção individual e outra dirigida para a acção colectiva, tentando organizar assim, o ambiente social. Esta forma de agir fez nascer as tipologias tradicionais dos modelos de trabalho social, nomeadamente, o “Trabalho Social de Casos”, o “Trabalho Social de Grupos” e o “Trabalho Social com as Comunidades”. O exemplo da Sociedade Beneficente de Londres foi seguido pelos Estados Unidos da América nove anos depois da sua fundação (Garcia e Bracho, 2006).

Quadro nº 1- Exercício sintético sobre os fundadores das COS

Charles S. Loch (1869:UK)	Secretário da COS	Pretendia que a caridade fosse benéfica para os pobres; Ajudar a gente a ajudar-se a si própria; As COS deveriam ser um lugar de onde convergissem distintas religiões e entidades filantrópicas, empenhadas em conseguir uma sociedade sem dependentes; Ideia de não intervenção do Estado.
Josephine S. Lowel (1884:NY)	Estudos estatísticos na América do Norte e na Europa; Fundadora das COS em NY.	Preocupação com o nível científico da prestação da caridade; O pauperismo era uma enfermidade resultante dos efeitos e más acções pessoais, como a vadiagem, o engano, a intemperança, improvidência, a inutilidade, a extravagância, os vícios sexuais, etc.; A pluricausalidade da pobreza; O socorro público deveria existir como último recurso.
Beatrice Webb (1883: UK)	Militante das COS; Visitou fábricas para conhecer as verdadeiras condições laborais.	Propunha uma teoria social: <ul style="list-style-type: none"> • Abolição da Lei dos Pobres; • Maior felicidade para o maior número de pessoas; • Socialização do capital provado que produz benefícios sociais; • Democracia empresarial; • Garantia de um mínimo vital.
Samuel e Henrietta Barnett (1894: UK)	<i>Settlement Movement</i> ; Pioneiros nos métodos de trabalho social.	...a personalidade de uma pessoa robustece melhor dentro de um grupo, pela interacção positiva entre membros, já que assumem por si uma finalidade e normas de funcionamento.

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Garcia e Bracho (2006) e Ander-Egg (1995)

Assim se inicia o estabelecimento da cooperação entre as instituições públicas e privadas de caridade aos pobres, eliminando-se alguns planos de ajuda fraudulentos, evitando a duplicação dos mesmos, reforçando, simultaneamente, o conceito de reabilitação do pobre e lançando as bases para a ajuda individual, tal como a organização a cargo da comunidade (Friedlander, 1975, p. 43 : 45 *cit. in* Garcia e Bracho, 2006). Segundo Ander-Egg (1996, p. 107 : 108 *cit. in* Garcia e Bracho, 2006, p. 102), os princípios fundamentais da COS, eram:

- a) Cada caso será objecto de um levantamento escrito;
- b) O caso é apresentado a uma comissão que decidirá quais as medidas a tomar;
- c) Não terá carácter temporário, mas um apoio continuado até que o indivíduo ou família atinja uma situação normal;
- d) O assistido será agente da sua reabilitação;
- e) Solicitar-se-á assistência adequada às diversas instituições;
- f) Os agentes responsáveis de realizar estas actividades receberão a respectiva formação;
- g) Será criado um arquivo para evitar abusos e a repetição de levantamentos;
- h) É criado um guia das instituições da comunidade.

Os trabalhadores e um grande número de voluntários das COS compreenderam a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a conduta humana, assim como os problemas económicos e sociais (Garcia e Bracho, 2006). De acordo com Friedlander (1975, p. 109 : 111 *cit. in* Garcia e Bracho, 2006), este estudo foi proposto pela primeira vez por Anna L. Dawes, em 1893.

Mary Richmond, em 1897, formulou o plano para o estabelecimento da Escola de Instrução para a Filantropia Aplicada que organizou os primeiros cursos de trabalho social em Nova Iorque, em 1898 (Garcia e Bracho, 2006).

É na senda destas realizações que no dizer de Bernal e Serrano (*cit. in* Garcia e Bracho, 2006), a assistência social como profissão se inicia em paralelo com a industrialização, que ao contrário do que parecia idealizar, não traz consigo o aumento do bem-estar das classes menos favorecidas, pois as gentes do campo que emigraram para a cidade na procura de trabalho, se tornaram debilitadas economicamente, desorganizaram famílias e identidades culturais, desorganizando-se e fragilizando competências e capacidades de sobrevivência.

O quadro nº 2 foi elaborado de forma a sintetizar os principais marcos de referência do contexto sócio histórico que veio a dar corpo ao Serviço Social.

**Quadro nº 2 - Contexto sócio histórico que veio a dar corpo ao Serviço Social.
Síntese de marcos de referência**

Séculos XVI e XVII	<p>Estratégias de ocultação da pobreza:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligações marítimas entre a Europa e o Ocidente; • Beneficência pública; • Primeiras regulamentações sobre salários; • Financiamento de socorros a pobres; • Criação das casas de correcção – Reformatórios; • Criação de inspecções a pobres; • 1601 – Lei dos pobres;
Séculos VIII e XIX	<p>Revolução Industrial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fluxo para as cidades; • Dependência de salários; • Primeiros momentos associativos; • Revolução tecnológica; • Revolução Francesa; • Adam Smith – teorias económicas. • <p>“Questão Social” – Importância das ideologias socialistas utópicas.</p>
Segunda Metade do Século XIX	<p>As COS (Charity Organization Society):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sociedades para a organização do socorro caritativo e a repressão da mendicidade; • Emergência das Conferências de São Vicente de Paulo; • Definem-se pontos básicos para orientar a acção assistencial. • <p>Surge o Agente – trabalhador de caridade – “Visitador”.</p>
Socialistas Utópicos	<p>Charles Fourier – Século XVIII/XIX – Cooperativismo, economia comunitária;</p> <p>Robert Owen – Século XVIII/XIX – As aldeias comunitárias;</p> <p>Étienne Cabet – Influenciado por Owen e Marx – Surge o termo comunismo;</p> <p>Proudhon – Lança as bases de um sistema mutualista.</p>

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Garcia e Bracho (2006), Ander-Egg (1995) e Coutinho (2003).

Payne (1997, p. 41), subsidia-nos a interpretação do quadro nº 2, ao referir que “(...) um caminho social é historicamente formado e junta clientes e trabalhadores sociais no âmbito de um contexto organizacional do processo chamado ‘Trabalho Social’”.

1.2. Surgimento da profissão de Serviço Social

O Serviço Social, enquanto profissão é relativamente recente, emergindo como profissão nos finais do século XIX, em resposta às necessidades sociais (miséria concentrada nas cidades). Silva (2001) refere que o Serviço Social se esboça como profissão nos finais do século XIX, em resposta às necessidades sociais (miséria concentrada nas cidades), na sequência da industrialização e na busca de ajuda individualizada dirigida às classes operárias urbanas. Até aí, e desde a Idade Média, a protecção aos pobres e excluídos era assegurada por uma assistência de cariz religioso (Silva, 2001).

Quadro nº 3 - Quem fez nascer a profissão. Síntese dos principais pioneiros

Octavia Hill (1890:UK)	Professora; Partido Socialista Cristão; Programas de habitação acessível e económica.	Estreitamento da relação entre os trabalhadores sociais e os beneficiários da sua acção; Reconhecimento do valor e da dignidade de cada pessoa; A pobreza era responsabilidade de cada pessoa e a sua superação dependia unicamente da mudança que esta experimentasse graças à relação estabelecida com o trabalhador social.
Josephine S. Lowel (1884:NY)	Professora; Fundadora das COS em NY.	Concebia a caridade de maneira organizada e profissional e os “visitadores amigáveis”, mas sempre geridos de forma privada; O trabalho social devia ser desenvolvido por um visitador.
Jane Adams (EUA)	1931 – Prémio Nobel da Paz; Importou para os EUA o Settlement Movement	Reformadora social; Trabalho desenvolvido pela ajuda mútua; Perspectiva comunitária; Implicações políticas dos trabalhadores sociais; Settlement – Estabelecimentos através dos quais se pode melhorar a qualidade de vida dos bairros onde estavam inseridos.
Mary E. Richmond (EUA)	1891 – Secretária geral de uma COS; Dotou a profissão do seu primeiro conteúdo teórico sistematizado.	1897 – Conferência Nacional de Instituições de Caridade e Correção em Toronto – Propôs a criação de uma escola para formação de trabalhadores sociais; 1898 – Criada a Escola de Filantropia de NY; 1914 - Primeiros passos do Trabalho Social de Casos; 1917 - Diagnóstico Social.

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Garcia e Bracho (2006), Ander-Egg (1995).

As primeiras experiências de formação profissional realizaram-se em 1897, estando estas na origem da institucionalização do Serviço Social (Mouro e Simões, 2001). Os mesmos autores referem que o processo de emergência do Serviço Social (1890-1898), precede a institucionalização da primeira escola, destinada à preparação de profissionais habilitados a exercerem um trabalho qualificado na área de acção social, o que não acontecia até então, abandonando-se a perspectiva assistencialista existente. Constituiu-se ao longo do tempo uma prática profissional alicerçada em conteúdos científicos e de prática planeada na resposta aos problemas sociais.

Em Portugal, durante a I República, “o processo de laicização que atravessou igualmente a assistência, no que se refere às suas instituições, (...), constituiu factor de peso para a redução da intervenção da Igreja nesta área” (Martins, 1999, p. 32). A formação e a preparação dos assistentes sociais, inicia então o seu percurso para a profissionalização.

Capítulo II – Matrizes curriculares que deram forma à formação em Serviço Social

2.1. Análise cronológica das áreas de formação e sua relação com os processos de profissionalização.

Falar hoje das dinâmicas curriculares e de políticas de formação é desafiante, pois estamos em plena transformação, quer das exigências que o contexto de sociedade impõe, quer, por essa via, das formas como os currículos se compõem, para enfrentar as emergências. São estas emergências as principais responsáveis pela estrutura da intervenção, vincada que está a sua endogeneidade com os contextos culturais (Granja, 2008).

Os anos trinta do século XX foram marcantes para o Serviço Social como profissão. No quadro nº 4, extraído de Granja (2008) e adaptado pelo autor, sintetiza-se, numa análise comparativa, a profissão e os processos de profissionalização em três países (onde decorreu o trabalho de campo de Granja).

Da leitura do quadro pode observar-se que no processo da construção profissional do Serviço Social intervêm factores externos tais como as legislações existentes, as políticas sociais, as necessidades sociais, as relações sociais no seio das quais se exerce a actividade, a influência dos actores colectivos, a formação, a complexidade das relações sociais e as mudanças sociais, entre outras (Granja, 2008).

Em Portugal, os anos 60 foram marcados por choques internos perante os quais foi necessário adoptar medidas de adaptação. Paralelamente, os movimentos estudantis permitiram descobrir as universidades e as escolas profissionalizantes, como era então o caso do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL), como agentes que procuram uma definição para si próprias. Surge uma nova cultura, que obriga à renovação de estilos e linguagens e à invenção criativa dum futuro colectivo. Aparecem os problemas da educação, da saúde e da segurança social como necessidades básicas a garantir, que invocam o recurso à ciência e ao pensamento crítico. As escolas, as correntes teóricas utilizadas e os novos grupos de reivindicação e contestação ligados às

universidades (que por natureza desenvolvem a sua identidade numa determinada sociedade) pretendem então ser mais organizados, de acordo com as exigências das intervenções (Coutinho, 1993).

A própria formação dos assistentes sociais enfrenta **o paradoxo de formar aqui e agora para intervir em problemas que mudam de forma acelerada** e para responder a necessidades previsíveis mas virtuais, referindo ainda o facto de ser uma formação em que obrigatoriamente se joga com valores porque se intervém socialmente, decide-se um sentido para a acção e para as mudanças que se propõem, reconhecem-se e identificam-se as regularidades e determinações profissionais (Neto, 2000, *cit. in* Granja, 2008).

O quadro nº 5 ajuda a clarificar o papel transmissor de que foi portador o ISSSL, que assumiu o compromisso da responsabilidade sobre a modernização que transformou as estratégias de intervenção na assistência, na segunda metade da década de 1960. Não podemos deixar de referir que ao tempo da formação do ISSSL, não havia ainda em Portugal escolas de Enfermagem de Saúde Pública ou de Educadoras de Infância (Coutinho, 1993).

Os primeiros cursos pretendiam responder a estas lacunas, razão porque se verifica um fluxo de matérias ligadas à Saúde e à Psicologia. Já em 1960, em que a intervenção da Assistência Social se afirma mais em termos de promoção do pleno desenvolvimento do indivíduo - o empoderamento - o Serviço Social obrigou-se a uma definição em termos de Metodologia de Intervenção.

Aliás, pela primeira vez aparecem serviços da assistência, sem carácter supletivo, que não dispensaram a inclusão de profissionais de várias áreas das Ciências Sociais, de forma a responderem ao equacionamento dos múltiplos aspectos da problemática social. Foi o culminar das Ciências Sociais, da convergência dos domínios económico e social, que vão tornar transparentes as razões pelas quais a interdisciplinaridade urge tornar-se realidade, para a resolução dos problemas sociais (Coutinho, 1993).

Quadro nº 4 - Identificadores colectivos do Serviço Social nos três países

	Brasil	Canadá – Québec	Portugal
Génesis da profissão	Dimensão institucional legitimada a partir de 1930 – Constituição do espaço da profissão na repartição social e técnica do trabalho. Recurso do Estado e da igreja para fazer face à questão social – Camada mais empobrecidas da população.	Anos 30 do séc. XX, igreja católica toma consciência da necessidade de desenvolver uma mão-de-obra profissional qualificada para responder às necessidades das populações carenciadas – Discurso religioso marca as primeiras práticas profissionais.	Anos 30 do séc. XX, no contexto de um regime antidemocrático, com a formação em serviço social organizado como uma forma de apostolado no quadro de ensino privado e confessional católico.
Formação	<p>Inicialmente com uma abordagem moralizante da questão social individualista, psicologista.</p> <p>Anos 40 – Perspectiva humanista cristã com uma sustentação técnico científica de base populista.</p> <p>Últimos 20 anos – Revisão e reformulação da formação universitária.</p> <p>Regulação da formação por directivas gerais aprovado pelo Ministério da Educação.</p> <p>Regulação nacional sobre o perfil profissional.</p> <p>Inclui estágio obrigatório e redacção de memória de final de curso.</p> <p>Multiplicação de cursos no ensino privado e público.</p> <p>Licenciatura, formação pós-graduada, mestrado e doutoramento.</p>	<p>Primeiras escolas de origem religiosa nos anos 30 do séc. XX.</p> <p>Anos 50, emancipação do serviço social face ao discurso religioso.</p> <p>Formação técnica adquirida nos colégios – a que se acede depois de onze anos de escolaridade.</p> <p>Formação universitária – 1º ciclo a licenciatura.</p> <p>Os programas da formação do 1º ciclo têm que corresponder às exigências da formação genérica e profissional estabelecidas pela Associação Canadiana de Escolas de Serviço Social.</p> <p>Estágio profissional em meio de intervenção.</p> <p>Formação no ensino público e privado.</p> <p>Licenciatura, formação pós-graduada, mestrado e doutoramento.</p>	<p>Tutela hegemónica da igreja católica sobre as escolas superiores de formação em serviço social até 1974.</p> <p>A partir de 1960, a formação adopta modelos das democracias ocidentais centrados nos direitos sociais, com procura de uma base técnica e científica.</p> <p>Depois da revolução democrática em 25 de Abril de 1974, a formação em serviço social reforça a sua componente das ciências sociais e da investigação social, ruptura com modelos anteriores.</p> <p>Multiplicação de cursos no ensino privado e público.</p> <p>Licenciatura, formação pós-graduada, mestrado e doutoramento.</p>

<p>Políticas Sociais</p>	<p>Anos 40 – Papel regulador do Estado nas relações sociais de trabalho e resposta a necessidades sociais das populações.</p> <p>Anos 50 e 60 – Políticas sociais inoperantes fragmentadas e pouco efectivas.</p> <p>Indicadores sociais abaixo do aceitável.</p> <p>Desde 1988 sistema de segurança social universal.</p>	<p>Anos 60 desenvolvimento considerável dos serviços sociais.</p> <p>Anos 70 – O Estado redefine a sua intervenção no campo social e tutela inteiramente os serviços sociais. Burocratização e institucionalização dos serviços sociais.</p> <p>1991 – Reforma dos serviços sócio sanitários – Profundas mudanças no plano da organização dos serviços.</p> <p>Reforço dos serviços comunitários.</p>	<p>O serviço social surge num quadro político de repressão dos movimentos sociais, de políticas sociais muito parciais e restritas que se desenvolveram lentamente.</p> <p>Anos 70 – Promessa de implantação de um estado de bem-estar.</p> <p>Políticas sociais de proximidade devido ao reforço do poder local.</p> <p>Implementação de novas políticas sociais como o RMG, formação e qualificação, apoio a idosos, luta contra a pobreza.</p>
<p>Factos relevantes</p>	<p>1960 – Movimento de renovação das referências teóricas em consequência da erosão do serviço social tradicional.</p> <p>Anos 60 e 70 – Aumento da rede de serviços sociais e da procura de profissionais.</p>	<p>Serviços comunitários tornam-se parceiros oficiais e são financiados e assumem papel activo na economia social.</p> <p>Crescimento do trabalho por conta própria dos assistentes sociais.</p>	<p>Anos 60 – Serviço social questiona ideologia fundadora.</p> <p>Anos 70 – Afirmação académica e profissional do serviço social.</p> <p>1989 – Reconhecido o grau de licenciatura.</p>
<p>Actores colectivos</p>	<p>Conselho Federal de Serviço Social – Organismo nacional regido por lei que tem por função o reconhecimento da prática profissional.</p> <p>ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e de pesquisa em Serviço Social.</p>	<p>Ordem dos trabalhadores sociais do Quebeque.</p> <p>RUFUTS – Reagrupamento de unidades de formação universitária em trabalho social.</p>	<p>APSS – Associação dos profissionais de serviço social.</p> <p>Movimento para a constituição da ordem.</p> <p>Criação da RNES – Rede Nacional de Escolas de Serviço Social.</p>
<p>Problemas sociais actuais</p>	<p>Trabalho infantil, violência urbana e rural, resignação, fanatismo e procura mágicas pelo medo, submissão que limitam condições de vida dos pobres e excluídos, precariedade do trabalho, economia neoliberal, intensificação das desigualdades.</p>	<p>Empobrecimento e envelhecimento da população, mudança de valores, globalização dos mercados, diminuição dos financiamentos do Estado e redução da oferta dos serviços públicos.</p>	<p>Pobreza, exclusão, manutenção das desigualdades sociais, desemprego, pouca qualidade de emprego e sua precariedade, consequências das novas configurações e organização da família, isolamento dos idosos, fenómenos de marginalidade social.</p>

Problemas profissionais e desafios	Dissociação entre mercados e direitos, legal e real, abismo entre o económico e social mantêm a questão social com as novas configurações como elemento central da profissão, erosão das bases do sistema de protecção social, fragilização das referências aos sistemas universais, crise das políticas sociais e desresponsabilização do Estado, desregulação da profissão, diluição de fronteiras, desprofissionalização num cenário complexo de limites e possibilidades para reafirmação do projecto profissional.	Mudança nos valores da globalização dos mercados afectam as práticas do serviço social, especialização e segmentação dos serviços sociais ou descentralização e trabalho multisectorial, diversidade cultural que implica mudança nos serviços sociais para responder às necessidades dos diversos grupos, a crise das finanças públicas torna mais difícil e precária a inserção dos novos diplomados, tendências economicistas com modelos produtivistas e burocráticos nos serviços sociais, reforço da identidade profissional.	Desregulação da profissão, diluição de fronteiras, desprofissionalização, construção do saber em serviço social como disciplina profissional inserida no campo das ciências sociais, riscos de fragilização da competência do serviço social com origem na ausência de formas elementares de regulação da formação, desenvolvimento de unidades de pesquisa com cooperação científica, profissão integrada no subgrupo dos especialistas em ciências sociais e humanas.
Ação profissional e autonomia	Autonomia relativa, relação singular com utentes de carácter não rotineiro, código de ética, regulamentação legal, possibilidade de fazer propostas teórico-metodológicas e técnicas.	O desenvolvimento da autonomia é um desafio que se coloca ao profissional que exerce de forma cada vez mais desligada de outros profissionais da sua disciplina.	Gestão de programas sociais de base, concepção, dinamização e avaliação de programas, apoio técnico, intervenção directa psicossocial, coordenação e administração de equipamentos.
Investigação	Investigação em serviço social sobre práticas, políticas sociais.	Investigação em serviço social sobre práticas, políticas sociais.	Investigação em serviço social sobre práticas, políticas sociais.

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Granja (2008).

A formação em Serviço Social implicou sempre o treino da recontextualização, que começa ainda durante a formação académica e nos estágios em contexto de trabalho. Por isso a lógica profissional está desde o início subordinada a um conhecimento dos contextos reais e dinâmicos, bem expressos no quadro nº 4, no eixo identificador da investigação (Coutinho, 1993).

Quadro nº 5 – ISSSL: Alguns elementos da sua evolução

1935	<p>Criação do ISSSL (Dec. Lei nº 30 135 de 14/12/1939).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento particular do Ensino Feminino (confiado na sua direcção e ensino a ordens religiosas femininas de origem francesa); • Promover o estudo e vulgarização do Serviço Social á luz da doutrina católica e da caridade cristã. <p>Matérias Escolares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vida física e mental e suas perturbações; • Estudo da vida mental e moral; • Funcionamento prático do Serviço Social: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Contabilidade e Dactilografia; ❖ Assistência Social e Corporativismo; ❖ Organização Social da Indústria e Higiene Industrial; ❖ Organização Social Agrícola. • Estágios em serviços de Cirurgia, Medicina, Pediatria e Puericultura.
1956	<ul style="list-style-type: none"> • O ensino do Serviço Social evolui de uma formação de natureza filosófica, jurídica e paramédica para uma formação que consente o lugar das Ciências Sociais; • Alcançar uma correspondência mais perfeita às exigências da evolução social portuguesa. <p>Matérias Escolares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mantém-se ainda a atenção sobre a patologia social.
1960	<p>O Serviço Social sofre profundas alterações devido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transformação doutrinal da Igreja (pontificado de João XXIII e Concílio Vaticano II); • Alteração do papel dos cristãos no mundo contemporâneo; • Desenvolvimento teórico e metodológico do Serviço Social; • Realce dado ao Serviço Social de Comunidades. <p>Ensino teórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução das disciplinas de carácter médico e de direito; • Incremento do ensino nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; • Metodologia de Intervenção em Serviço Social; • Reorientação dos estágios para uma actividade própria (não assistencial).
1972	<p>Ensino teórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço Social Integrado; • Intensificação do estudo de Economia, Política Social e Planificação Social; • Introdução de actividades de pesquisa e reflexão sobre a realidade social portuguesa.

Fonte: Fernandes, “Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa”, *Intervenção Social*, nº 2/3, Dezembro de 1985, ISSSL, *in*: Coutinho, 1993

A formação em Serviço Social implicou sempre o treino da recontextualização, que começa ainda durante a formação académica e nos estágios em contexto de trabalho (Coutinho, 1993). Por isso a lógica profissional está desde o início subordinada a um conhecimento dos contextos reais e dinâmicos, bem expressos no quadro nº 4, no eixo identificador da investigação.

A investigação está muito vocacionada para práticas políticas e sociais. No entanto, até aos anos de 1990, podemos falar “(...) num claro desencontro entre a importância ganha por programas de assistência social e o nível do seu estudo académico” (Rodrigues, 1999, p. 64).

2.2. Pistas para reflectir sobre o currículo formativo de Serviço Social actual. O caso da UFP.

O pensamento actual sobre formação em Serviço Social decorre das profundas transformações do contexto social, ligado à complexidade dos fenómenos sociais na modernidade, mas também às novas orientações formativas, como é o caso do Processo de Bolonha. Há um reconhecimento de que as profundas transformações da sociedade actual têm originado grandes mudanças nas dinâmicas formativas associadas às transformações socioculturais dos modos de vida e à alteração do mercado de trabalho, estando no centro do novo “paradigma” de pensamento a redefinição dos paradigmas de intervenção

No final do século XX, teve início na Universidade Fernando Pessoa, a licenciatura de quatro anos em Serviço Social, mais concretamente no ano lectivo de 1997/1998, após publicação em Diário da República pelo Ministério da Educação da portaria nº 1168/97 de 14 de Novembro.

Utilizando as áreas científicas designadas no actual currículo, procuramos, no quadro nº 6, sintetizar as áreas científicas que lhe vêm dando conteúdo, para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social na UFP.

Quadro nº 6 - Serviço Social: áreas científicas para obtenção do grau

ÁREA CIENTÍFICA	NORMATIVO REGULAMENTAR / UC OBRIGATÓRIAS (O) E DE OPÇÃO (OP)		
	Despacho Nº 18 217/2006 de 6 de Setembro	Portaria Nº 1289/2001 de 15 de Novembro	Portaria Nº 1168/97 de 14 de Novembro
Trabalho Social e Orientação	O	O	O
Sociologia e Outros Estudos	O	O	O
Psicologia	O	O	O
Ciência Política e Cidadania	O	O	O
Economia	OP	O	O
Gestão e Administração	OP	O	O
Desenvolvimento Pessoal	O	O	O
Línguas e Literaturas Estrangeiras	O	O	O
Ciênc. Sociais e do Comportamento	O	O	O
Direito	O	O	O

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

Todas as unidades curriculares são semestrais, sendo que a área científica predominante deste 1º ciclo de estudos tem sido Trabalho Social e orientação. Diríamos que

(...)a construção social do trabalho social sugere que a sua teoria é, em qualquer momento construída (...). A teoria para a prática responderá, inevitavelmente, a pressões sociais correntes, para que interesses e preocupações presentes a colorem (Payne, 1997, p. 45).

Parte II – Percurso metodológico e empiria

Capítulo III – Opções metodológicas

3.1. Introdução

Este trabalho insere-se no quadro disciplinar de investigação em Sociologia. Esta opção prende-se com o facto de o autor estar a terminar a licenciatura em Serviço Social e ver na metodologia utilizada semelhança com o trabalho de um sociólogo. A acrescentar a esta situação está o facto de considerar que os métodos de trabalho são adequados ao objectivo do estudo em causa e aos resultados pretendidos.

Por estas razões pareceu-nos que deveria ser esta a disciplina utilizada para “olhar” a questão da produção de conhecimento, que compreendeu a busca documental para estudar o contexto cultural, social e histórico, que deu forma ao Serviço Social, a partir de autores de referência.

O trabalho desenvolveu-se em três pilares: (1) análise dos currículos académicos, em períodos de referência, provocando o reconhecimento de que a profissão se esboça, em contínuo perante os desafios da sociedade de cujo universo a universidade faz parte (Diogo, 2007); (2) levantamento de dados para caracterizar as monografias e projectos de graduação produzidos no final da licenciatura e, nesta sequência, a análise estatística descritiva que nos permitiu a necessária discussão dos resultados; (3) as preocupações para as quais estão orientados os assistentes sociais formados pela UFP. Os três eixos de operacionalização resultaram na própria forma de organização do estudo, procurando responder aos objectivos que elegemos como centrais na análise da produção científica em Serviço Social.

3.2. Objectivos da investigação

O paradigma “formar aqui e agora para intervir” em problemas que estão a mudar de forma acelerada, animou-nos na definição dos objectivos da presente investigação:

- Conhecer a produção de conhecimento em Serviço Social na UFP;
- Responder à nossa intuição de que a profissão se esboça, em contínuo, perante os desafios da sociedade;
- Dar visibilidade às preocupações para as quais são especialmente vocacionados os estudantes de Serviço Social na UFP;
- Reconhecer, na heterogeneidade da formação dos docentes, uma mais-valia para este espaço de formação.

3.3. Construção do objecto: Opções e justificativa

Para a construção do objecto de estudo recorreu-se ao levantamento das monografias e dos PG, disponíveis no repositório institucional da UFP e relativos ao período de 2007 a 2009, para o que se solicitou a necessária anuência superior.

Levantar a totalidade dos trabalhos finais de licenciatura seria uma tarefa importante para o objectivo pretendido, mas impossível dentro dos prazos impostos pelo regulamento para a elaboração do nosso Projecto de Graduação (PG).

Observe-se que também não estão acessíveis os PG não autorizados pelos autores. Também, aos que não atingiram a classificação de catorze (14) valores, não é permitida a publicitação.

3.4. Principais resultados

Num total de 82 alunos, com uma percentagem significativa do sexo feminino (85,4%), são, na sua maioria, naturais do distrito do Porto (30%), seguidos pelos de Aveiro (18%). Da região de Trás-os-Montes e Alto-Douro registamos 17%, de Braga 12%, sendo os restantes 23 % do resto do país e uma minoria (5) de países europeus e africanos (ver Anexo A).

Quadro nº 7 - Autores das monografias e/ou PG por Sexo

	Frequência	%
Masculino	12	14,6
Feminino	70	85,4
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

A maior percentagem do número de monografias (62,2%) prende-se com o facto de se estar no período de implementação do chamado Processo de Bolonha, em que as monografias do final de curso foram substituídas pelos denominados PG. Os alunos que integravam o currículo pré-Bolonha efectuavam monografias, os alunos pós-Bolonha PG (quadro nº 9).

Quadro nº 8 – Monografia/ PG

	Frequência	%
Monografia	51	62,2
Projecto de Graduação	31	37,8
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

No sentido de facilitar a análise das temáticas trabalhadas pelos alunos nas monografias e PG, seleccionamos 3 eixos: (1) o “Ser Profissional” em serviço Social; (2) trabalhos mais orientados para grupos específicos; (3) investigações centradas nos recursos. Para melhor clarificação, organizamos no anexo B a base onde consta a totalidade dos trabalhos, com indicação da tipologia em que se integram.

Considerando-os como projectos que incidem em preocupações marcadas pela cultura do contexto de formação em que se situam, podemos dizer que cada um, por si, apresenta especificidades muito próprias e muito específicas e, como tal o seu

desenvolvimento seguiu uma multiplicidade de caminhos. Assim, a simplicidade dos eixos, facilita a análise e a sua apresentação e anima a curiosidade de quem nos lê a buscar informação mais completa ao anexo referido.

Quadro nº 9 – Temáticas trabalhadas nas monografias e/ou PG

Temáticas	Frequência	%
O "Ser Profissional" em Serviço Social	4	4,9
Grupos Específicos (Problemáticas)	43	52,4
Recursos sociais	34	41,5
Outros	1	1,2
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Em termos de reflexão sobre o quadro nº 9, diríamos que o Serviço Social implica uma pedagogia e uma metodologia de participação, pressupondo uma dinâmica de empoderamento. E as monografias e PG dão conta disto mesmo. Especialmente centrados em grupos e comunidades afectados por problemáticas específicas (52,4%), partem, na sua maioria, da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder, a partir da mobilização das capacidades e oportunidades locais, por nós denominados como recursos (41,5%).

Quadro nº 10 – Temáticas trabalhadas por sexo

		Tema				Total
		O "Ser Profissional" em Serviço Social	Grupos Específicos (Problemáticas)	Recursos	Outros	
	Masculino	0	7	4	1	12
	Feminino	4	36	30	0	70
Total		4	43	34	1	82

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Embora sejam em número bastante menor, os alunos do sexo masculino acompanham, em percentagem, o tipo de trabalhos efectuados, com excepção do tema ligado à identidade profissional (quadro nº 10).

Quadro nº 11- Ano de apresentação pública da monografia/PG

Ano	Frequência	%
2007	38	46,3
2008	27	32,9
2009	17	20,7
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Os quadros 11 e 12 são, meramente, indicativos. O primeiro descreve em número as monografias e PG efectuados por ano de referência. O quadro 12 fala-nos da apreciação valorativa dos trabalhos. Registe-se que só os valorizados com nota igual ou superior a 14 ficam acessíveis ao público. A nota média das investigações que integram a nossa base de dados situa-se nos 15,2 valores.

Quadro nº 12 - Avaliação final

Nota	Frequência	%
14	27	32,9
15	21	25,6
16	19	23,2
17	7	8,5
18	8	9,8
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

As pesquisas têm um quadro de orientação metodológica, marcadamente, qualitativo (42%), vindo de encontro à “lógica de funcionamento societal e (...) de construção do sentido da acção social (...)” (Guerra, 2006, p. 9). Muito assente em relações particulares e em modos próprios de comunicação e de sociabilidade, onde se questionam as problemáticas e se constroem estratégias de intervenção. “(...) a identificação das práticas quotidianas e das emergências dos novos fenómenos sociais, que elucidam ou transformam, no *bic et nunc* das dinâmicas sociais (...)” (Guerra, 2006, p. 9) exige a utilização de perspectivas mais compreensivas e interpretativas.

Quadro nº 13 – Opções metodológicas

Metodologia	Frequência	%
Quantitativa	19	23,2
Qualitativa	42	51,2
Triangulação metodológica	16	19,5
Outros	5	6,1
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

O quadro 13 é bem revelador da vontade expressa pelos alunos na elaboração das suas pesquisas ao abordar as problemáticas, partindo do centro da vida de uma certa população, grupo ou comunidade - dimensão social -, num espaço/ambiente específico - dimensão ecológica -, marcado também pela sua história - dimensão cultural (Coutinho, 2003). Talvez por isso a triangulação metodológica esteja também presente (19,5%), articulando metodologias que se complementam e completam.

Quadro nº 14 – Formação (licenciatura) dos docentes orientadores, na sua relação com os eixos temáticos abordados.

		Tema				Total
		O "Ser Profissional" em Serviço Social	Grupos Específicos	Recursos	Outros	
Área de Formação dos docentes orientadores	Antropologia	0	0	2	0	2
	Ciência Política	0	6	3	0	9
	Ciências da Educação	0	0	1	0	1
	Ciências Históricas	0	2	1	0	3
	História	1	0	3	0	4
	Psicologia	0	3	1	0	4
	Serviço Social	3	21	18	1	43
	Teologia	0	11	5	0	16
Total		4	43	34	1	82

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Muito embora o terreno empírico seja uma escolha dos alunos, sempre respeitada pelos orientadores, “a relação entre a teoria e a empiria é indispensável, pois que a empiria

não está nos dados recolhidos e, portanto, não é suficiente descrever o que se recolheu. A produção científica resulta da acção dos investigadores que interrogam a empiria” (Guerra, 2006, p. 24). Nesse domínio, a diversidade formativa dos orientadores, representa uma mais-valia para a formação em Serviço Social, pelos métodos e técnicas, diversos também, que delas decorrem.

3.5. Reflexão analítica e discussão dos resultados.

O discurso dos indivíduos é a fonte de informação mais adequada para compreender a forma como estes interagem com os constrangimentos estruturais (Diogo, 2007, p. 79).

Este “discurso”, fomos buscá-lo às monografias e aos PG e à abordagem neles expressa pelos alunos, quase sempre orientada para os fenómenos e as dinâmicas sociais.

Apesar de ser um primeiro exercício, para pensar a formação em Serviço Social na UFP, com a margem de erro que sempre assiste a este tipo de observações e interpretações, tentamos abrir o véu para uma discussão sobre a relação da universidade e as incursões das suas actividades na área da intervenção social.

Desde logo, os títulos das pesquisas parecem fazer crer que a identidade em Serviço Social está muito ancorada nas práticas, o que sugere que “as intervenções não assentam em modelos rígidos, mas representam o esforço reflectido de percursos de vida, de inserção, de empoderamento” (Diogo, 2007, p. 79).

A universidade enfrenta, pela responsabilidade que lhe assiste, desafios, previsivelmente difíceis de ultrapassar. A formação académica e a reciclagem contínua do conhecimento, são um trunfo importante nesta batalha. Para isso acontecer, é fundamental formar pessoas capazes de interagir com a diversidade do quotidiano das comunidades.

O saber agir é fundamental, como propõe Morin (1989) e deve caracterizar-se pelo desenvolvimento de características como a perspicácia para descobrir realidades, problemas e dificuldades a partir de indícios pouco evidentes, capacidade de prever e de adaptação, atitude activa na resolução dos problemas, abertura de espírito, atenção vigilante e sentido de oportunidade (Morin, 1989, *in* Granja, 2008: p. 128). Só assim garante ao assistente social competência profissional, eficácia e legitimidade do processo de trabalho e segurança nas actividades que desenvolve.

Os PG sistematizados correspondem a todas as áreas de intervenção social, sendo bastante destacadas as iniciativas e os recursos institucionais, informais e formais, que procuram ultrapassar as situações de “desencaixe”, “desorganização” e / ou fragilidade social. As preocupações dos alunos atravessam, de facto a diversidade de fenómenos sociais que configura a sociedade actual e, nesse sentido, a profissão de serviço social.

Em Serviço Social os projectos são protagonizados com o objectivo de satisfazer necessidades não satisfeitas, sentidas não só pelas comunidades, de uma forma geral, como também por grupos específicos, ou até por agentes locais.

O desenho dos projectos é concebido com base nos resultados obtidos dos diagnósticos de necessidades realizados de maneira formal e científica. Ao analisarmos os PG observamos a heterogeneidade da formação dos professores orientadores, o que representa uma mais-valia pela acção fertilizadora na utilização das capacidades, metodologias e saberes, necessários à complexidade que caracteriza os fenómenos sociais.

Conclusão

A intervenção social constitui um dos mais fortes instrumentos de política social e exige uma reflexão profunda acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos e da validade dos seus modelos mais consolidados, perante o nosso modo de entender a vulnerabilidade social (Sousa, *et all.*, 2007, p. 14).

Esta referência de Sousa (2007) reforça que o compromisso do Serviço Social, sempre centrado na perspectiva do desenvolvimento pelo empoderamento das pessoas e das comunidades, reclama uma formação académica diversificada e complexa em termos teóricos e de práticas pedagógicas e com estruturas capazes de a sustentar. Deverá, por isso, ser um dos principais compromissos das universidades, enquanto agentes formativos, para que se cumpra uma acção comunitária útil.

A afirmação no mercado de trabalho dos assistentes sociais não pode ser, por isso, desassociada do investimento realizado pelas instituições de ensino, privadas e públicas, nesta área de formação, relativamente recente (a década de 1930 deu-lhe forma), legitimando e consolidando o papel do Serviço Social na sociedade.

Por isso os primeiros capítulos do presente PG procuraram sustentar os contextos que fizeram nascer o Serviço Social, sugerindo que “a tese de construção social que estamos a explorar apresenta a relação entre trabalhadores sociais, clientes e o seu contexto, como reflexiva; cada um afecta o outro” (Payne, 1999, p. 41). Aqui se dá nota, desde logo, da complexidade que os currículos académicos têm subjacente.

A crescente importância do desenvolvimento comunitário, a geração de políticas sociais, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, e a reconfiguração das relações económicas e sociais, tornou-se especialmente visível através das áreas curriculares então inscritas.

Os resultados do estudo empírico deram visibilidade às preocupações que, desde sempre atravessaram os profissionais de Serviço Social. Para além das monografias e dos PG se

enquadrarem em diferentes áreas de estudo e de intervenção, abordam os diferentes fenómenos sociais, utilizando tipologias de análise diversas. A diversidade formativa dos docentes expressa isso mesmo, bem como o seu enfoque, que direcciona os trabalhos para diferentes grupos.

Sendo o objectivo primordial do Serviço Social melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantir espaços de participação cívica, de respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, é este o grande desafio a que os assistentes sociais se propõem.

Com a elaboração do presente PG vivemos um tempo de oportunidades. O caminho percorrido reforçou a tomada de consciência sobre as exigências da produção de conhecimento em Serviço Social e, sobretudo, sobre a importância deste tipo de estudos que abrem portas e dão voz ao trabalho da UFP.

Num momento em que os acessos às bases de dados estão facilitados, pelas novas tecnologias da informação, aproveitemos para dar voz a percursos que correm o risco de ficar esquecidos, para recolher algumas experiências de vida dos seus intervenientes e para apurar os resultados de forma analítica e crítica. Só assim tiraremos ensinamentos úteis para os futuros assistentes sociais, enquanto atravessam a cultura universitária.

Bibliografia

Ander-Egg, E., (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes Lda.

Coutinho, M., (1993). *Assistência Social em Portugal, 1965/1971: um período charneira*. Tese de Mestrado em Economia e Política Social, Lisboa, ISEG, UTL.

Coutinho, M., (2003). *Economia Social em Portugal. Emergência do Terceiro Sector na Política Social*. Lisboa, CPIHTS/APSS

Diogo, F., (2007). *Pobreza, Trabalho e Identidade*. Lisboa, Celta Editora

Garcia, T. e Bracho, C. (2006). *Introducción al Trabajo Social*. Madrid, Alianza Editorial.

Granja, B. (2008). *Assistente Social – Identidade e Saber*. Porto, Universidade do Porto.

Guerra, I. C., (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril, Príncípa Editora, Lda.

Martins, A., (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Payne, M. (1997). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra, Quarteto

Rodrigues, F., (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa, CPIHTS

Sousa, L. *et all.*, (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa, Climepsi Editores

Diplomas legais

Portaria

Portaria nº 1168/1997 de 14 de Novembro. *Diário da República nº 264/1997 - I Série-B*.
Ministério da Educação.

Portaria nº 1289/2001 de 15 de Novembro. *Diário da República nº 265/2001 - I Série-B*.
Ministério da Educação.

Despacho

Despacho nº 18217/2006 de 6 de Setembro. *Diário da República nº 172/2006 – 2ª Série*.
Ministério da Educação.

ANEXOS

ANEXO A – Naturalidade dos Alunos

Naturalidade dos alunos

Naturalidade dos alunos	Frequência	%
Águeda	3	3,7
Alemanha	1	1,2
Alijó	1	1,2
Arouca	2	2,4
Aveiro	1	1,2
Baião	1	1,2
Barcelos	2	2,4
Braga	1	1,2
Bragança	1	1,2
Cantanhede	1	1,2
Carraceda de Ansiães	1	1,2
Castelo de Paiva	1	1,2
Chaves	1	1,2
Cinfães	1	1,2
Espinho	1	1,2
Esposende	1	1,2
Felgueiras	2	2,4
França	3	3,7
Freixo de Espada à Cinta	1	1,2
Gondomar	1	1,2
Guimarães	5	6,1
Holanda	1	1,2
Macedo de Cavaleiros	2	2,4
Marco de Canaveses	1	1,2
Miranda do Douro	1	1,2
Mirandela	1	1,2
Moçambique	1	1,2
Mondim de Basto	1	1,2
Murça	1	1,2
Oliveira de Azeméis	5	6,1
Ovar	1	1,2
Paços de Ferreira	1	1,2
Paredes	3	3,7
Penafiel	2	2,4
Porto	8	9,8
Santa Maria da Feira	4	4,9
Sever do Vouga	1	1,2
Sintra	1	1,2
Valença	1	1,2
Valpaços	1	1,2
Viana do Castelo	1	1,2
Vila do Conde	2	2,4
Vila Flor	1	1,2
Vila Nova de Famalicão	2	2,4
Vila Nova de Gaia	3	3,7
Vila Real	3	3,7
Vila Verde	1	1,2
Total	82	100,0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

ANEXO B – Tipologia dos trabalhos

Grupo 1	Tema	Orientador/Formação
O “Ser Profissional” em Serviço Social	➤ O Papel dos profissionais relativamente às crianças/jovens institucionalizadas: Estudo exploratório no Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho	História
O “Ser Profissional” em Serviço Social	➤ Representações sociais sobre as práticas profissionais do serviço social	Serviço Social
O “Ser Profissional” em Serviço Social	➤ O serviço social na gravidez e na maternidade de adolescentes	Serviço Social
O “Ser Profissional” em Serviço Social	➤ As representações sociais de serviço social por parte dos profissionais e utentes da unidade hospitalar de Macedo de Cavaleiros	Serviço Social
Grupo 2	Tema	Orientador/Formação
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A Intervenção Social num Doente com Acidente Vascular Cerebral (Estudo de Caso)	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Porquê a nós? As condições sócio-familiares nas famílias com filhos deficientes na APADIMP de Penafiel	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Maus-tratos a crianças e jovens - Representações sociais nos professores do ensino básico da cidade de Bragança	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A intervenção dos técnicos com famílias de crianças e jovens institucionalizados: Haverá (ou não) conflito?	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Intervenção social em famílias: Dos símbolos de estigma às dificuldades de (re)inserção	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Da formação à inclusão social e profissional - Estratégias e parcerias de convergência: Estudo exploratório realizado na Fundação Filos	Serviço Social

Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A intervenção do serviço social na problemática dos maus tratos	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A qualidade de vida dos utentes que usufruem do serviço de apoio domiciliário da SCMCP	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Caracterização dos utentes de apoio domiciliário da Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem (Estudo exploratório)	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O exercício da paternidade depois da ruptura conjugal	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Exposição à violência interparesntal: Estudo de caso numa CPCJ	Psicologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A intervenção do assistente social na violência conjugal	Ciência Política
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O alcoolismo e a violência conjugal - Alguns dados provenientes de um estudo realizado no CRAN - Centro Regional de Alcoologia do Norte	Psicologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Estratégias de prevenção e intervenção em agressores sexuais no contexto de abuso sexual	Psicologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A auto - estima no idoso	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Violência doméstica: A construção de espaços e linhas de comunicação da violência doméstica	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A solidão configurada nos utentes dependentes do serviço de apoio ao domicílio (Estudo exploratório realizado no Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões)	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Análise de discursos de utentes que usufruem do serviço de apoio domiciliário: Uma abordagem qualitativa	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Os toxicodependentes portadores de VIH-Sida. Um olhar à sua protecção social legal	Teologia

Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Imigração e sem abrigo – Perfil dos imigrantes utentes da Associação dos Albergues Nocturnos do Porto	Ciências Históricas
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Reprodução, contraceção e aborto em Portugal, no século XX. Um estudo de caso no Bonfim.	Ciências Históricas
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Um olhar sobre a problemática da institucionalização e capacidade funcional no idoso	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Nos bastidores do consumo: O álcool e a mulher	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Um olhar sobre os problemas sociais decorrentes de uma gravidez na adolescência	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O estigma associado à doença mental e as suas implicações no trabalho desenvolvido pelos profissionais	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O consumo de drogas ilícitas em estudantes do ensino superior	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Adesão das famílias de risco aos cuidados de saúde primários versus cuidados hospitalares - O papel do assistente social	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Projecto de estágio e graduação "Inadaptação social"	Ciência Política
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Caminhos de exclusão: Rotas de inserção	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Doença de Huntington (Estudo de caso)	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Pobreza/Sem-abrigo - Estudo de caso na AMI - Centro Porta Amiga do Porto	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Violência escolar - Estudo de caso	Ciência Política
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A violência doméstica e as suas vítimas - Estudo de caso	Ciência Política

Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Adolescentes em risco	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A gravidez na adolescência: Estudo de caso	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Depressão no idoso institucionalizado - Estudo de caso.	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Estudo de caso: Família e a protecção da criança	Ciência Política
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Um deserto com vozes	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Divórcio nos seniores - Estudo de caso	Teologia
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ Interrupção voluntária da gravidez - Perfil social da utente (Estudo exploratório)	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ A violência doméstica - Suas consequências para os menores e para a intervenção de protecção de menores.	Ciência Política
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O adulto com deficiência mental e a sua família: A questão do envelhecimento.	Serviço Social
Grupos Específicos (Problemáticas)	➤ O estigma e o doente alcoólico	Serviço Social
Grupo 3	Tema	Orientador/Formação
Recursos	➤ Ausência e promoção de visitas familiares no lar da 3ª idade	Antropologia
Recursos	➤ O impacto da musicoterapia na qualidade de vida dos portadores do espectro autista - Estudo exploratório	Serviço Social
Recursos	➤ A qualidade de vida das pessoas idosas institucionalizadas - O caso do Centro de Solidariedade Humana Professor Emídio Guerreiro, em Guimarães	Antropologia
Recursos	➤ Perspectivas sobre a prostituição feminina: Estudo exploratório no Espaço Pessoa	Serviço Social

Recursos	➤ Toxicodependência: O rendimento social de inserção como instrumento de reintegração social	Serviço Social
Recursos	➤ A institucionalização dos idosos e o papel do serviço social	Serviço Social
Recursos	➤ A intervenção dos profissionais da comissão de protecção de crianças e jovens de Matosinhos no âmbito dos maus - tratos físicos	Teologia
Recursos	➤ O gabinete do utente no Centro de Saúde de Aveiro - Uma área de intervenção do serviço social nos cuidados de saúde primários	Serviço Social
Recursos	➤ O envelhecimento bem sucedido e as universidades da terceira idade: Um estudo exploratório numa universidade da cidade do Porto	Serviço Social
Recursos	➤ Avaliação do impacto do rendimento social de inserção pelos técnicos de acompanhamento	Serviço Social
Recursos	➤ A contribuição da acção social escolar para o sucesso escolar de crianças com famílias problemáticas	Teologia
Recursos	➤ O serviço de apoio domiciliário como recurso à institucionalização: Estudo exploratório realizado na Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis	Serviço Social
Recursos	➤ A universidade dos tempos livres de Cantanhede: Estudo de caso	História
Recursos	➤ O papel das instituições particulares de solidariedade social na promoção dos cuidados de saúde	Serviço Social
Recursos	➤ Redes sociais de apoio à maternidade em situações problemáticas	Teologia
Recursos	➤ Os centros de saúde da terceira geração: As unidades de saúde familiares na promoção dos cuidados de saúde primários (Estudo exploratório)	Serviço Social
Recursos	➤ Participação/intervenção do suporte informal no apoio aos idosos institucionalizados	Serviço Social

Recursos	➤ O apoio familiar e a (in)dependência funcional: Uma visão de idosos institucionalizados	Serviço Social
Recursos	➤ O impacto que a operação nariz vermelho tem nas crianças que frequentam o Hospital de Dia Pediátrico do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil do Porto	Serviço Social
Recursos	➤ O apoio do serviço social aos doentes com esquizofrenia: O caso do Hospital de S. João - Porto	Psicologia
Recursos	➤ A importância da intervenção das comissões de protecção de crianças e jovens como instituição interveniente na problemática de maus-tratos a menores	Teologia
Recursos	➤ A importância da prevenção primária nos empreendimentos sociais	Teologia
Recursos	➤ Interculturalidade para a educação e integração	Ciência Política
Recursos	➤ A importância da animação sócio-cultural para a promoção de bem-estar social nos idosos	Ciências da Educação
Recursos	➤ Prestações sociais e combate à pobreza e exclusão social: O rendimento social de inserção	História
Recursos	➤ Projecto: (Re)criar	Ciências Históricas
Recursos	➤ Apoios sociais para as pessoas idosas - Após alta hospitalar	Serviço Social
Recursos	➤ Os suportes sociais aos doentes com AVC - Exercícios de análise	Serviço Social
Recursos	➤ As boas práticas de inserção social no e pelo desporto	Ciência Política
Recursos	➤ A avaliação das respostas sociais após a alta hospitalar em doentes vítimas de doença do foro neurológico	Serviço Social
Recursos	➤ A reinserção social em centro educativo - Estudo de caso	Ciência Política

Recursos	➤ Apartamentos de autonomização como forma de (re)inserção social: Estudo de caso	Serviço Social
Recursos	➤ Acção social autárquica - Estudo de caso no município de Mirandela.	História
Recursos	➤ Sem-abrigo - Custos de processo de (re)socialização	Serviço Social
Grupo 4	Tema	Orientador/Formação
Outros	➤ O perfil do bolseiro da Universidade Fernando Pessoa	Serviço Social

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

ANEXO C – Diário da República

Artigo 9.º

Programas de formação dos estagiários de investigação

1 — Os programas de formação dos estagiários de investigação, a aprovar pelo CRAF, ouvidos os orientadores, integrarão obrigatoriamente as seguintes actividades:

- a) Execução de tarefas de introdução à metodologia científica e de desenvolvimento integradas em projectos científicos, sob orientação de um investigador ou professor universitário, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 219/92;
- b) Aprendizagem da metodologia de investigação científica e de desenvolvimento e das técnicas auxiliares de investigação;
- c) Frequência de estágios de formação e cursos de aperfeiçoamento, bem como participação em seminários e outras reuniões científicas em organismos de investigação ou instituições universitárias;
- d) Elaboração de um relatório circunstanciado das actividades no período de aprendizagem, sobre o qual se pronunciará o respectivo orientador, que será apresentado para discussão pública nas respectivas provas de acesso à categoria de assistente de investigação;
- e) Elaboração de um trabalho de síntese sobre um tema à escolha relacionado com a actividade desenvolvida, que será discutido nas respectivas provas de acesso à categoria de assistente de investigação.

2 — Os estagiários de investigação poderão ainda frequentar cursos de pós-graduação, bem como prosseguir outras actividades devidamente autorizadas.

Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Ciência e da Tecnologia.

Assinada em 21 de Outubro de 1997.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva*. — O Ministro da Ciência e da Tecnologia, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 1168/97

de 14 de Novembro

A requerimento da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa, reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei

n.º 75/97, de 3 de Abril, e no artigo 64.º do referido Estatuto;

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de Serviço Social na Universidade Fernando Pessoa, nas instalações sitas no concelho do Porto que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Número máximo de alunos

1 — A frequência global do curso não pode exceder 200 alunos.

2 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 50.

3.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

4.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso confere direito à atribuição do grau de licenciado.

5.º

Início do funcionamento do curso

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 1997-1998, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

6.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

7.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento, quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

8.º

Vagas para 1997-1998

O número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 1997-1998 é fixado em 50.

Ministério da Educação.

Assinada em 19 de Setembro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO

Universidade Fernando Pessoa

Curso: Serviço Social

Grau: licenciado

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária total			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários/estágio
1.º ano					
1.º semestre					
Introdução às Ciências Sociais	Semestral	60	-	-	-
Introdução ao Direito	Semestral	60	-	-	-
Introdução ao Serviço Social	Semestral	45	15	-	-
História Económica e Social	Semestral	60	-	-	-
Gramática da Comunicação I	Semestral	-	30	30	-
Inglês I	Semestral	-	60	-	-
2.º semestre					
Introdução aos Estudos Europeus	Semestral	40	-	20	-
Introdução à Informática	Semestral	15	-	45	-
Antropologia Económica	Semestral	45	45	-	-
Introdução à Psicologia	Semestral	45	15	-	-
Gramática da Comunicação II	Semestral	-	30	30	-
Inglês II	Semestral	-	60	-	-
Língua Estrangeira (a)	Semestral	-	60	-	-
2.º ano					
1.º semestre					
Teoria e Metodologia de Serviço Social	Semestral	30	30	-	-
Métodos e Técnicas de Investigação Social I	Semestral	-	45	15	-
Métodos Quantitativos e Estatísticos para Serviço Social	Semestral	-	30	30	-
Sociologia Geral	Semestral	30	15	-	-
Antropologia Social e Cultural	Semestral	30	30	-	-
Gramática da Comunicação III	Semestral	-	30	15	-
Inglês III	Semestral	-	45	-	-
2.º semestre					
Métodos e Técnicas de Investigação Social II	Semestral	-	45	15	-
Política Comunitária de Desenvolvimento Social	Semestral	60	-	-	-
Psicologia Social	Semestral	30	15	-	-
Serviço Social de Casos e Grupos	Semestral	-	30	60	-
Gramática da Comunicação IV	Semestral	-	30	15	-
Inglês IV	Semestral	-	45	-	-
3.º ano					
1.º semestre					
Psicossociologia das Organizações	Semestral	60	-	-	-
Psicologia do Desenvolvimento	Semestral	30	15	-	-
Direito Penal	Semestral	30	15	15	-
Demografia Geral	Semestral	-	45	-	-
Direito Civil	Semestral	60	-	-	-
Sociologia da Família	Semestral	-	45	15	-
2.º semestre					
Serviço Social de Comunidades e Desenvolvimento Comunitário	Semestral	-	60	-	-
Direito da Família e Menores	Semestral	30	30	-	-
Psicopatologia	Semestral	45	15	-	-
Criminologia, Psicologia Jurídica e Reinserção Social	Semestral	30	30	-	-
Administração Social e da Saúde	Semestral	-	30	15	-
Sociologia Urbana e Rural	Semestral	-	60	-	-
Legislação do Trabalho e Sindicalismo	Semestral	45	-	-	-
4.º ano					
1.º semestre					
Ética e Deontologia	Semestral	45	-	-	-
Saúde Ocupacional	Semestral	-	30	30	-

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária total			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários/estágio
Técnicas de Avaliação e Entrevista	Semestral	—	30	30	—
Gestão de Recursos Humanos	Semestral	45	15	—	—
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	Semestral	30	—	30	—
Teorias e Práticas de Intervenção Social	Semestral	30	—	30	—
2.º semestre					
Informática Aplicada	Semestral	—	15	45	—
Seminário de Estágio	Semestral	—	—	—	120
Estágio Profissionalizante	Semestral	—	—	—	240
Seminário (Organizações ou Saúde)	Semestral	—	—	—	120
Monografia					

(a) Espanhol ou Francês ou Alemão.

Portaria n.º 1169/97

de 14 de Novembro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Bragança e da sua Escola Superior Agrária;

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração

A alínea a) do n.º 4.º da Portaria n.º 236/97, de 4 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«a) Ser titular do grau de bacharel na área de Ciências Agrárias;»

2.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 1997-1998, inclusive.

Ministério da Educação.

Assinada em 13 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 1170/97

de 14 de Novembro

A requerimento da CESPUP — Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 270/97, de 4 de Outubro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 75/97, de 3 de Abril, e no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de Podologia na Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, nas instalações sitas em Vila Nova de Famalicão que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Número máximo de alunos

1 — A frequência global do curso não pode exceder 150 alunos.

2 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 50.

3.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

4.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso confere direito à atribuição do grau de bacharel.

5.º

Início de funcionamento do curso

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 1997-1998, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

6.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Nacionalismos e Regionalismos	1.º semestre	60				
Planeamento e Gestão de Projectos de Cooperação Internacional.	1.º semestre	30	30			
Antropossociologia Política	1.º semestre	45				
Teorias do Desenvolvimento	1.º semestre	45				
Geoesstratégia	2.º semestre	60				
Estudos Afro-Latino-Americanos	2.º semestre	60				
Investimento e Financiamento Internacional	2.º semestre		60			
Política, Religião e Movimentos Messiânicos	2.º semestre	60				
Direito Material Comunitário	2.º semestre		60			
Estágio (Económico ou Político)	2.º semestre				240	
Monografia.						

Portaria n.º 1289/2001

de 15 de Novembro

A requerimento da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa, cuja criação foi autorizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho, e ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;

Considerando o disposto na Portaria n.º 1168/97, de 14 de Novembro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração do plano de estudos

O plano de estudos do curso de licenciatura em Serviço Social, aprovado pela Portaria n.º 1168/97, de 14 de Novembro, cujo funcionamento se encontra auto-

rizado na Universidade Fernando Pessoa por força das disposições do Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho, passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2.º

Ano e semestre lectivos

1 — O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

3.º

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 2001-2002, inclusive.

4.º

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

Pelo Ministro da Educação, *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 19 de Outubro de 2001.

ANEXO

(Portaria n.º 1168/97, de 14 de Novembro — alteração)

Universidade Fernando Pessoa**Curso de Serviço Social****Grau de licenciado**

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Introdução às Ciências Sociais	1.º semestre	60				
Introdução ao Direito	1.º semestre	45				

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Doutrinas Políticas e Económicas	1.º semestre	60				
Gramática da Comunicação I	1.º semestre		30	30		
Inglês I	1.º semestre		60			
Língua Estrangeira I	1.º semestre		45			
Psicologia Geral	1.º semestre	30	30			
Introdução aos Estudos Europeus	2.º semestre	45				
Iniciação à Informática	2.º semestre		15	30		
Antropologia Económica	2.º semestre	60				
Gramática da Comunicação II	2.º semestre		30	30		
Inglês II	2.º semestre		60			
Língua Estrangeira II	2.º semestre		45			
Sociologia Geral	2.º semestre	30	30			

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Teoria e Métodos do Serviço Social	1.º semestre	30	30			
Métodos de Investigação em Ciências Sociais I	1.º semestre		45	15		
Estatísticas para as Ciências Sociais	1.º semestre		30	30		
Inglês III	1.º semestre		45			
Gramática da Comunicação III	1.º semestre		30	15		
Fundamentos de Antropologia	1.º semestre	30	30			
Demografia Geral	1.º semestre		45			
Métodos de Investigação em Ciências Sociais II	2.º semestre		45	15		
Inglês IV	2.º semestre		45			
Gramática da Comunicação IV	2.º semestre		30	15		
Gestão das Organizações	2.º semestre	60				
Psicologia Social	2.º semestre	30	30			
Antropologia do Desenvolvimento	2.º semestre	30	30			
Ética e Deontologia	2.º semestre	45				

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Teorias e Práticas de Intervenção Social	1.º semestre	30	30			
Psicossociologia das Organizações	1.º semestre	60				
Psicologia do Desenvolvimento	1.º semestre	30	15			
Direito Penal	1.º semestre	30	15	15		
Direito Civil	1.º semestre	60				
Sociologia da Família	1.º semestre		45	15		
Psicossociologia do Trabalho	1.º semestre	60				
Psicologia Jurídica	2.º semestre	30	30			
Criminologia e Reinserção Social	2.º semestre	30		30		
Direito da Família e Menores	2.º semestre	30	30			
Psicopatologia	2.º semestre	45	15			
Legislação e Regulamentação de Higiene e Segurança ...	2.º semestre	60				
Antropologia da Religião	2.º semestre	30	30			
Instituições de Serviço e Solidariedade Social	2.º semestre	45				

QUADRO N.º 4
4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Direito do Trabalho da Segurança Social	1.º semestre	45				
Psicossociologia do Conflito e da Negociação	1.º semestre	30	30			
Saúde Ocupacional	1.º semestre		30	30		
Técnicas de Avaliação e Entrevista	1.º semestre		30	30		
Organização do Trabalho e Gestão da Prevenção	1.º semestre		60			
Organização e Procedimentos de Emergência	1.º semestre		60			
Formação e Gestão de Recursos Humanos	1.º semestre	45	15			
Higiene e Segurança no Trabalho	2.º semestre	30		30		
Avaliação e Controlo de Riscos Profissionais	2.º semestre		60			
Sistemas de Informação	2.º semestre		60			
Antropologia da Educação	2.º semestre	30	30			
Serviço Social de Casos e Grupos	2.º semestre		30	60		
Antropologia Gerontológica	2.º semestre	30	30			
Estágio (Organização ou Saúde)	2.º semestre			240		
Monografia						

Portaria n.º 1290/2001

de 15 de Novembro

A requerimento do ISPA — Instituto Superior de Psicologia Aplicada, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril, pelo despacho n.º 122/MEC/86, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Junho de 1986;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março), conjugados com o Decreto-Lei n.º 234-C/98, de 28 de Julho;

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pelas Portarias n.ºs 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, e 457-A/98, de 29 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-A/98, de 31 de Agosto;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental do Instituto Superior de Psicologia Apli-

cada, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n.º 457-A/98, de 29 de Julho, alterada pela Portaria n.º 680-A/98, de 31 de Agosto, nos termos do anexo à presente portaria.

2.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 60.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 240 alunos.

3.º

Caducidade da autorização de funcionamento

Findo o processo de transição fixado nos termos do artigo 31.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, caduca a autorização de funcionamento do curso de estudos superiores especializados em Saúde Mental e Comunitária, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n.º 876/93, de 15 de Setembro.

4.º

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 19 de Outubro de 2001.

Despacho n.º 18 217/2006

A requerimento da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa (FFP), entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa (UFP), reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho, foi autorizada pelo despacho n.º 12 809/2006 (2.ª série), de 20 de Junho, do director-geral do Ensino Superior, a adequação ao Processo de Bolonha do curso de licenciatura em Serviço Social, aprovado pela Portaria n.º 1168/97, de 14 de Novembro, e alterado pela Portaria n.º 1289/2001, de 15 de Novembro.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, e em cumprimento do n.º 6 daquele despacho, o reitor faz saber que:

1.º**Autorização de adequação**

1 — A adequação do curso de licenciatura em Serviço Social foi autorizada pelo registo R/B-AD-303/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2006.

2 — O 1.º ciclo de estudos resultante dessa adequação denomina-se Serviço Social.

2.º**Plano de estudos**

A estrutura curricular e o plano de estudos do 1.º ciclo aprovados constam do anexo ao presente despacho.

3.º**Grau**

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares com o respectivo número de ECTS que integram o plano de estudos do 1.º ciclo confere o grau de licenciado.

4.º**Transição curricular**

As regras de transição entre a anterior organização de estudos e a nova organização decorrente do processo de adequação são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente da Universidade.

5.º**Início de funcionamento**

O 1.º ciclo de estudos em Serviço Social inicia o seu funcionamento em 2006-2007.

6.º**Normas regulamentares**

Nos termos da lei, o órgão legal e estatutariamente competente da Universidade aprova as normas regulamentares do funcionamento da licenciatura.

7 de Agosto de 2006. — O Reitor, *Salvato Vila Verde Pires Trigo*.

ANEXO**Universidade Fernando Pessoa****Faculdade de Ciências Humanas e Sociais****Licenciatura em Serviço Social****1.º semestre**

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Sociologia Geral	SOCIOL	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Ética e Deontologia em Trabalho Social	TRABSOC	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Teoria e Método de Serviço Social	TRABSOC	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Gramática da Comunicação I	DESPESS	Semestral	104	T: 0; TP: 18; P: 18; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Inglês I	LLE	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Opção (*)	TRABSOC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4

(*) A escolher entre: Economia Social/Trabalho Social e Relações de Género/Cidadania Social/Sociologia das Gerações.

2.º semestre

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Teorias Sociológicas Contemporâneas	SOCIOL	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Direito Social	DIR	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Teoria e Práticas de Intervenção Social I	TRABSOC	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Gramática da Comunicação II	DESPESS	Semestral	104	T: 0; TP: 18; P: 18; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Inglês II	LLE	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Opção II (*)	TRABSOC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4

(*) A escolher entre: Minorias Étnicas e Sociais/Direito da Família e Menores/Intervenção Social com Famílias/Segurança Social.

3.º semestre

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Métodos de Investigação em Ciências Sociais	SOCIOL	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Modelos de Intervenção em Serviço Social	TRABSOC	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Sociologia da Família	SOCIOL	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Teoria e Práticas de Intervenção Social II	TRABSOC	Semestral	156	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Psicologia do Desenvolvimento	PSI	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Opção III (*)	TRABSOC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4

(*) A escolher entre: Organizações do Terceiro Sector/Trabalho Social Autárquico/Intervenção Social na Saúde/Formação e Gestão de Recursos Humanos.

4.º semestre

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Psicologia Social	PSI	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Psicossociologia das Organizações	PSI	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Sociologia do Desvio e Exclusão	SOCIOL	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Instituições de Serviço e de Solidariedade Social	TRABSOC	Semestral	130	T: 0; TP: 72; P: 0; S/E: 0; OT: 10; O: 4	6
Entrevista em Serviço Social	TRABSOC	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Língua Estrangeira	LLE	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4

5.º semestre

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Métodos Qualitativos em Ciências Sociais	CSC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Métodos Quantitativos em Ciências Sociais	CSC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Organização Política Portuguesa e da União Europeia	CPC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Psicossociologia do Conflito, da Negociação e da Mediação.	PSI	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Política Social	TRABSOC	Semestral	104	T: 0; TP: 36; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	4
Estágio e Projecto de Graduação I	TRABSOC	Semestral	260	T: 0; TP: 0; P: 0; S/E: 220; OT: 36; O: 4	10

6.º semestre

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)
			Total (4)	Contacto (5)	
Criminologia e Reinserção Social	SOCIOL	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Planeamento e Avaliação de Programas Sociais	TRABSOC	Semestral	130	T: 0; TP: 54; P: 0; S/E: 0; OT: 15; O: 4	5
Estágio e Projecto de Graduação II	TRABSOC	Semestral	520	T: 0; TP: 0; P: 0; S/E: 480; OT: 36; O: 4	20